



Claudionor Santana



O ato congregou diversos segmentos progressistas do cenário político brasileiro

Movimentos sindicais e sociais realizam ato em repúdio à Ditadura Militar

Os discursos foram marcados pela crítica à impunidade dos torturadores e repúdio à ditadura

Pág. 07

■ AUTOVISTORIA

Em seminário, engenheiros debatem laudo técnico de vistoria predial

Página 08



■ JURÍDICO

STJ determina suspensão das ações do FGTS

Página 10

■ REFORMA POLÍTICA

Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?

Página 04

O GOLPE DE 1º DE ABRIL DE 1964

UM TREMENDO
RETROCESSO SOCIAL

No momento em que se completa o aniversário de cinquenta anos do golpe militar de 64 e os diversos órgãos de imprensa passam a divulgar maiores informações e análises mais aprofundadas sobre suas consequências nefastas para a sociedade brasileira, é a oportunidade ideal para passarmos à limpo esse episódio que mudou o Brasil para pior.

A conjuntura brasileira naquele início de 1964 ia ficando cada vez mais polarizada entre dois projetos e duas formas de encarar o futuro da sociedade brasileira e como resolver seus imensos problemas sociais. O surto de industrialização que vinha desde a década de 1930 aumentou, quantitativamente, a classe operária e o acelerado crescimento das cidades fez crescer o exército de desempregados. Ao mesmo tempo, uma situação inquietante no meio rural se desenhava e exigia soluções imediatas.

Desta forma, foram se constituindo, através das forças sociais em conflito, dois caminhos diferentes: o chamado projeto nacional reformista que propunha um conjunto de reformas estruturais, conhecidas como reformas de base e defendido por um leque bastante amplo de trabalhadores da cidade e do campo, estudantes e setores das classes médias; e do outro o campo conservador, representado principalmente pela burguesia industrial e latifundiários, com interesses no mercado externo e atrelados aos interesses americanos. As mobilizações foram crescendo e o campo conservador, temeroso de uma saída mais radical, resolveu intervir militarmente. Foi uma espécie de golpe preventivo. Após o golpe, verificou-se, pelo nível de organização da esquerda e de suas reais possibilidades, que não existia nenhuma possibilidade de uma revolução de tipo cubano no Brasil, muito menos a ridícula fixação dos militares sobre haver uma República Sindicalista.

O legado deixado pela ditadura civil-militar é tenebroso: a supressão das liberdades individuais, a tortura como política de Estado, a mutilação do Congresso e das instituições e organizações dos trabalhadores, um modelo econômico baseado no arrocho salarial, na intensificação da desigualdade de renda, no endividamento externo e na distribuição de migalhas do chamado "milagre" para setores da classe média. Finalmente, um aspecto importante merece toda a nossa atenção. São os ingredientes fascistas deixados pela ditadura na forma da repressão às populações mais pobres e que se traduz atualmente nas torturas e assassinatos nas delegacias de polícia, nas invasões e barbaridades cometidas dentro das comunidades mais pobres e, finalmente, na tentativa de criminalização dos movimentos sociais. Para que exorcizemos todos esses demônios é fundamental punir exemplarmente todos os torturadores pelos crimes de lesa-humanidade. Somente assim conseguiremos virar esta página em definitivo e evitar que algo parecido volte a acontecer no nosso país.

Ameaça de Golpe
de Direita na Venezuela

VITO GIANNOTTI*

Toda a mídia empresarial, daqui do Brasil e do resto do mundo, está em campanha para preparar a derrubada do governo da Venezuela. Isso não é de hoje. Sempre essa mídia que representa os interesses das grandes corporações mundiais quis se livrar do sonho bolivariano.

Sonho de construir um país mais justo, mais solidário e cada vez mais livre do domínio econômico e político dos Estados Unidos. Quem orquestra esta campanha de mídia é a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). A ela estão filiados rádios, jornais e TVs do Brasil e dos países controlados pelos EUA de toda a América Latina. As notícias que a Globo destila todas as noites nas nossas cabeças são despachadas via SIP.

É o mesmo que é noticiado na Folha de S.Paulo, Estadão e nem se fale na Veja. Todos estes meios de comunicação repetem que na Venezuela não há democracia, que lá a mídia é controlada, e o povo quer mudar de governo. Sabemos que ao contrário, na Venezuela há democracia, prova é que os dois maiores canais de televisão e os dois maiores jornais estão nas mãos da oposição. Mesmo assim a direita prepara o golpe e espalha que é o povo que quer derrubar o governo legítimo.

Preparação do Golpe:
Um repeteco da direita

A vida do povo da Venezuela teve várias melhoras nestes anos de gover-

nos bolivarianos. Há muitas dificuldades ainda a superar, mas o povo não quer golpe. Mas a tática da direita é de arrebentar toda resistência. Foi feito assim no Chile contra Salvador Allende, em 1973. Os que preparavam o golpe, patrocinados e financiados pelos EUA, armaram o caos no país para criar uma forte instabilidade e insatisfação popular. Qual o meio mais forte que usaram? O desabastecimento. Ou seja, fazer desaparecer os produtos básicos das prateleiras de lojas, mercados e supermercados e jogar a culpa no governo. Na Venezuela acontece a mesma coisa.

A estratégia do golpe da direita
é a de sempre:

1º – PROVOCAR
DESABASTECIMENTO

2º – RETIRAR CAMINHÕES das
estradas para criar o caos;

3º – FAZER ATENTADOS
TERRORISTAS e jogar a culpa na
esquerda;

4º – ARMAR MANIFESTAÇÕES onde
haja mortes. Só falta a QUARTA FROTA AMERICANA aparecer na costa da Venezuela, como aconteceu em 1964, no Golpe Militar aqui no Brasil. Por enquanto o povo está resistindo. Mas é difícil, muito difícil segurar.

* VITO GIANNOTTI é escritor e coordenador do NPC.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br • comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos, Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gerson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Sylvia Dietrich

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



"CEDAE TEM DÍVIDA SOCIAL COM POPULAÇÃO DAS FAVELAS"

Para o engenheiro Clovis Nascimento, situação só melhora se população cobrar

Fonte: *Jornal Brasil de Fato*

O Rio cresce em meio aos megaventos esportivos, mas se esquece do básico: saneamento. Nesta entrevista, Clovis Nascimento, secretário-geral da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), fala principalmente sobre o desabastecimento e o tratamento de esgoto na metrópole. Diante dos problemas do setor, o especialista defende mais participação social e repudia a privatização dos serviços. Confira.

BRASIL DE FATO – O Rio sofre com a falta d'água, principalmente nas zonas norte e oeste. São longos trechos de bairros com desabastecimento. Quais são os principais motivos?

Clovis Nascimento – Vivemos um verão atípico. Quando a temperatura sobe muito, você eleva o consumo. Temos sempre que incentivar o não desperdício, como não escovar dentes ou fazer a barba com a torneira aberta. Mas, nesse momento, o aumento do gasto é natural. As pessoas precisam tomar mais banho, por exemplo. Fora isso, o problema de água no Rio é localizado: ocorre nas favelas, em bairros mais pobres e na Baixada

Fluminense. A Cedae tem uma dívida social com essa população. A situação se arrasta por anos. Entra e sai governo e as promessas ficam no papel.

Mas a água que abastece a capital chega basicamente da Baixada Fluminense. O que explica a população de lá ficar desabastecida?

Realmente a maior estação de água do mundo, a Estação Guandu, está em Nova Iguaçu. Os mananciais de serra também estão na Baixada. Esses até sofrem com a alta temperatura, mas não há agora falta de chuva. Esse ano tem eleições e os governos anunciam mais recursos. Eles devem ser cobrados. Na verdade, governo nenhum dá nada. Só vai dar resposta se for cobrado com bastante vigor pela população.

Falando das favelas, de quem é a responsabilidade do esgotamento? Da prefeitura ou do estado?

Houve um acordo ainda na época de César Maia (DEM). A rigor, o esgotamento passou a ser responsabilidade da prefeitura. A Cedae saiu, mas o município não assumiu. Então, nessa situação, quem vive o pior dos mundos é o

cidadão. De modo geral, o esgotamento das favelas cariocas está bem aquém do necessário. E olha que o Rio de Janeiro está em uma região das mais avançadas: a sudeste. O Brasil todo é carente na área. No país, só 50% da população têm esgotamento. Desses, só cerca de 35% têm esgoto coletado, tratado e com destinação final adequada. É muito pouco.

O Rio está crescendo de forma acelerada, ainda mais nesse momento prévio à Copa e às Olimpíadas. Isso está sendo acompanhado de um planejamento de saneamento?

Não. Afirmando que não há nenhuma proposta conjunta entre o estado e a prefeitura nesse sentido. Hoje o crescimento do Rio se dá mais para áreas periféricas. Você pega a especulação imobiliária em Jacarepaguá, por exemplo. O bairro vive um boom imobiliário terrível. Lá não existe nenhuma perspectiva de ampliar a rede de esgoto.

A Cedae é criticada por cobrar contas, por vezes altíssimas, de quem nem recebe água regularmente. Quem fiscaliza a empresa?

Essa é outra grande falha. A Cedae é pú-

blica, e a gente defende que ela seja pública, mas deveria se submeter à regulação. Não acontece. Porém, até mesmo a Agenera [Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio] precisava ser revista. É preciso colocar o povo lá dentro, ter controle social dela também.

O que dizer para quem defende como solução a privatização da Cedae?

Sou contra a privatização. A população mais pobre, que sobrevive com uma luta intensa, vai pagar ainda mais pelo lucro da iniciativa privada? Saneamento é dever do Estado e direito do cidadão. Em Paris, o setor de águas, que no passado era privatizado, foi remunicipalizado. Outro exemplo é o de Tucumán, na Argentina. Lá ganharam uma licitação prometendo não aumentar o valor da água durante um ano. Em seis meses, pediram reajuste. A Câmara local não deu. Sabe o que ocorreu? Diminuíram a qualidade da água economizando nos produtos de tratamento. Isso é um absurdo! Houve, então, um levante da população e as autoridades tiveram que detonar a empresa. A água é um dos maiores veículos de transmissão de doenças. Não se pode brincar com isso. Água é saúde pública, é vida.

Comitê para a Reforma Política defende a participação popular nas questões estratégicas para o país

Para o grupo, que está se reunindo no SENGE-RJ, a participação do povo nas decisões políticas é fundamental para enfrentar o poder das grandes empresas

Entre os dias 01 e 7 de setembro deste ano, os brasileiros poderão participar de um plebiscito, respondendo a uma simples pergunta: “Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político”? A ação é proposta pelo Comitê para a Reforma Política, que vem se reunindo na sede do SENGE-RJ.

Um dos integrantes do Comitê, Kleybson Ferreira, explica que a ideia não é fazer uma nova Constituição, mas sim mudar o sistema político. “Queremos a participação do povo nas questões estratégicas, para enfrentar o poder das grandes empresas nas eleições”, afirma. “A população toda está contra o aumento das passagens, mas ela aumenta. Porque o governo está submetido às empresas. Está comprometido com o interesse das empresas”.

No entanto, é preciso frisar que um plebiscito, hoje, não tem o poder para mudar a Constituição. Como apenas o Congresso pode solicitar plebiscitos, esse movimento será usado como instrumento de pressão. Um dos grandes objetivos é que os brasileiros possam começar a se conscientizar politicamente.



Arquivo pessoal



Kleybson Ferreira, integrante do Comitê pela Reforma Política

“Queremos a participação do povo nas questões estratégicas, para enfrentar o poder das grandes empresas nas eleições.”

“Os movimentos e os militantes estão dialogando com o povo. O plebiscito tem esse potencial. Na Venezuela, é comum ter ple-

biscitos. Existe um enfrentamento enorme com as forças de oposição. Mas é um processo de politização das massas muito grande, comple-

to e bastante pedagógico. É um processo difícil, mas bastante importante”, defende Kleybson.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para que o plebiscito tenha resultado, é fundamental a participação da população. Em entrevista ao portal da CUT, o economista Marcio Pochmann considerou um avanço a população identificar a política como a saída para os seus problemas. “Estamos submetidos a um processo de alienação, decorrente do monopólio das comunicações, em campanha contra a política”, afirmou.

“Sem política, vamos resolver pelo autoritarismo, que tem governado o Brasil há muito tempo. Há também o aspecto de que a política era resultado da pressão das ruas, do diálogo com as instituições de representação. Não apenas os partidos. E ocorreu uma pressão para que as vozes das ruas fossem ficando cada vez mais distantes e transitassem para a opinião pública, canalizada por meios de comunicação que são monopólios. É preciso voltar a valorizar o cidadão comum e dar oportunidade a ele para voltar a participar das políticas públicas”, defende.

Para Kleybson, a mídia corporativa é um desafio a ser enfrentado nesse processo. “A mídia é a porta-voz da classe dominante, que não quer mudanças no sistema político. Vai se colocar contra de todas as maneiras e vai tentar associar as mudanças à regimes que ela sempre considera como ditadura. A própria Dilma fez uma proposta de constituinte após os protestos (em junho do ano passado) e foi atacada. Gilmar Mendes disse que tinha dormido na Espanha e acordou em Cuba. A Veja disse que o plebiscito desviaria o ‘foco das manifestações’. A mídia vai atacar de todas as formas. E é um inimigo para nós muito poderoso”.



Contrato de concessão favorece empresas de ônibus e prejudica passageiros

Concentração do sistema se traduz em baixa qualidade e altos preços

O prefeito Eduardo Paes (PMDB) autorizou o aumento da tarifa dos ônibus em 9,1%. O valor, que antes era de R\$ 2,75, passou a custar R\$ 3,00 no dia 08 de fevereiro. O decreto foi assinado após o Tribunal de Contas do Município (TCM) alegar não ter competência para decidir.

Para o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), Jorge Saraiva, o fundamental é mudar esta cláusula no contrato de concessão sobre o reajuste na tarifa. Ele afirma que para o cálculo das tarifas, previstos no contrato, considera a variação do custo do óleo diesel, dos pneus, dos ônibus, valor da mão de obra e outras despesas. No entanto, não considera as quantidades destes itens.

Medidas de reestruturação, como BRT e BRS, que implicam na redução do número de veículos, mão de obra e combustíveis, não são levadas em consideração. Também foram desconsiderados incentivos fiscais, como: a redução de 2% para 0,01%

do ISS das empresas, em 2010, no âmbito do governo municipal; o desconto de 50% no IPVA para ônibus e micro-ônibus destinados ao transporte de passageiros, assinado em janeiro deste ano pelo governo do estado; e que o governo federal zerou a PIS/COFINS, em setembro de 2013, com o objetivo de redução da

tarifa, sendo que este imposto representa de 3,5% a 4% do custo tarifário.

“No âmbito econômico, as obras de reestruturação interferem apenas no aumento da margem de lucro das empresas,

mas não chegam a representar benefícios para os usuários do transporte público”, garante Saraiva.

Com a reestruturação do sistema de transporte, a prefeitura do Rio estima a redução de 10% da frota de ônibus. Ou seja, deixarão de circular cerca de 700 ônibus, reduzindo os custos para as empresas. Saraiva destaca que “a população deveria ser a grande beneficiada com estas ações e não os empresários do setor”.

“Prefeitura é ‘benevolente’ com empresas, diz sindicalista

CAIXA PRETA

Empresas não oferecem dados para verificação dos custos

No estudo sobre a revisão tarifária de 2012, o TCM identificou “diversas impropriedades na forma como foram procedidos os reajustes nos preços das passagens, desde uso incorreto e erros nas fórmulas, bem como índices e valores fornecidos ou criados pelos próprios interessados no aumento das tarifas”.

A ampliação e a elaboração das políticas de transporte coletivo se deram, basicamente, pelos empresários do setor. Hoje, o ônibus é o principal meio de transporte coletivo na região metropolitana, com 90% de participação. Após muitos embates políticos, somente em 2010 foi realizada a primeira licitação para a concessão dos serviços de ônibus do Rio. Ainda assim, o resultado não foi nada animador. Foram mantidos os mesmos operadores e apenas quatro empresários

continuam concentrando 1/3 do transporte coletivo no município.

Essa revisão se dá, principalmente, para verificar se houve desequilíbrio na equação econômico-financeira. O engenheiro Saraiva aponta a “benevolência” da prefeitura em relação às concessionárias. O sindicalista lembra, ainda, que as empresas não oferecem os dados necessários para a verificação dos custos, como foi observado pelo próprio TCM.

Agamenon Oliveira, também diretor do SENGE-RJ, destaca a luta tarifária como uma luta política. “Ela está relacionada com a distribuição de renda neste país”. O sindicalista resalta que os altos preços das tarifas interferem no direito de ir e vir, principalmente da parcela mais empobrecida da população.

Pela redução das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho

No Rio de Janeiro, a disparidade salarial entre homens e mulheres persiste

No dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. A data está relacionada à luta grevista de mulheres trabalhadoras por melhores condições de emprego, salários e vida. Desde os primeiros movimentos parciais até agora, as mulheres conseguiram avanços no que diz respeito ao direito de inserir-se no mercado de trabalho. Porém, apesar disso, a desigualdade de condições de trabalho entre homens e mulheres ainda se faz bastante perceptível. Uma de suas maiores manifestações se traduz nas expressivas disparidades salariais.

De acordo com os dados de 2012 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, as mulheres brasileiras ocupadas recebiam como fruto de seu trabalho R\$ 1.116 mensais, em média. Este valor corresponde a 70% do valor médio de R\$ 1.589 percebido pelos homens no mesmo ano.

No estado do Rio de Janeiro, apesar das remunerações médias serem superiores à média nacional, a disparidade entre homens e mulheres persiste. Enquanto o rendimento médio mensal dos homens ocupados era de R\$ 1.939, no ano de 2012, as mulheres ocupadas recebiam R\$ 1.394 mensais, ou seja, 72% do valor recebido pelos trabalhadores do sexo masculino.

Os dados da PNAD referentes à distribuição salarial evidenciam ainda mais o problema. No Brasil, em 2012, 28% dos ocupados recebiam até um salário mínimo (R\$ 622 a época). Dentre os homens, 24% recebiam salários até este valor e entre as mulheres esta proporção chegava a 33%. No Rio de Janeiro, novamente o fenômeno se repete, sendo a

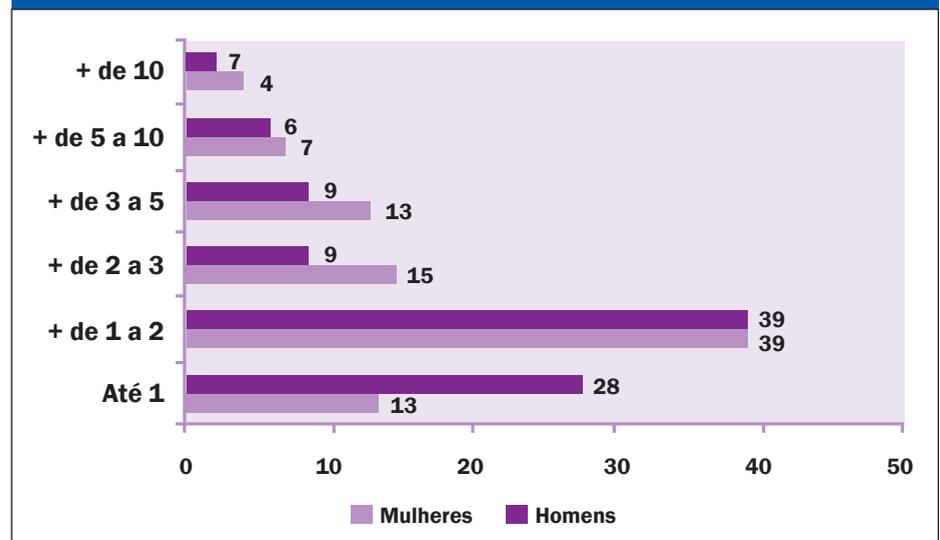
disparidade ainda maior. Enquanto 13% dos homens recebiam até um salário mínimo, entre as mulheres este número chegava a 28%.

Os baixos salários praticados no Brasil são um problema para toda a classe trabalhadora, sendo ainda mais agudo para as mulheres. Em 2012, do total de brasileiros ocupados 62% recebiam rendimentos de até dois salários mínimos (R\$ 1.244,00). Considerando apenas as mulheres, 67% das ocupadas recebiam rendimentos menores ou iguais a este valor. Dos trabalhadores fluminenses, 58% dos ocupados não recebiam mais do que dois salários mínimos – percentual ainda muito elevado, porém melhor do que a média nacional. Entretanto, no caso das mulheres fluminenses, repetem-se os mesmos 67% de ocupadas com rendimentos de até dois salários mínimos.

As diferenças salariais são sintomáticas de outras disparidades. As mulheres ascendem menos a cargos de direção e chefia, estão mais inseridas em formas precárias de ocupação e também em atividades que ainda carecem do reconhecimento tanto social quanto econômico de sua importância, como por exemplo, nos serviços de cuidado domiciliar de doentes, idosos e crianças.

A negociação coletiva, instância que possibilita avanços em relação à legislação, têm sido um importante espaço de discussão e implementação de ações que podem permitir o questionamento da natureza assimétrica das condições de trabalho por gênero e também o avanço em direção ao seu enfrentamento. De acordo com a pesquisa SACC-DIEESE, no que se refere ao trabalho da mulher e às questões

Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal do trabalho (em salários mínimos de 2012 - R\$ 622,00), segundo o sexo. ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012 (EM %)



FONTE: IBGE - Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios, 2012

de gênero, verifica-se desde o início dos anos 2000 um aumento do número de cláusulas nos contratos coletivos de trabalho. No tocante aos avanços percebidos nesse período, destacam-se as cláusulas relativas à gestação (estabilidade da gestante) e as cláusulas de garantias da maternidade e paternidade (creche, acompanhamento dos filhos e licença paternidade).

Portanto, se faz necessária e urgente a mobilização do movimento sindical brasileiro em torno das lutas e medidas de enfrentamento das questões de gênero no mercado de trabalho nacional, com objetivo de ampliar os avanços nas condições de trabalho da mulher, além de buscar a igualdade de oportunidades de ingresso e ascensão profissional no mercado de trabalho.

¹ Há controvérsias sobre a origem do Dia Internacional da Mulher. Uns atribuem a manifestações de trabalhadoras russas em 1917, que teria culminado na Revolução Russa. Outros atribuem a outro movimento grevista, mas desta vez nos Estados Unidos, em 1857, sufocado com a morte de mais de 100 trabalhadoras presas e incendiadas numa fábrica de tecidos.

² A este respeito a socióloga brasileira Helena Hirata diz que a inserção feminina em atividades para as quais as mulheres possuem apenas “qualidades” inatas ou naturais e não qualificações adquiridas pela formação profissional desvaloriza o trabalho feminino (HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Sociologias, vol. 11, núm. 21, junho, 2009, pp. 24-41. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil).

ENCARTE
ESPECIAL



SEMINÁRIO



CONCEITOS E CONTRADIÇÕES DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Os modelos de cidades compactas mais comuns, quando se trata da forma como se dá sua urbanização e expansão, são as espraiadas e as de urbanização dispersa. Em cidades sujeitas a intensos processos de expansão, seja em área ou em volume, os dilemas entre o adensamento para maior dinâmica econômica e a preservação da qualidade das estruturas sociais, da singularidade da vida e do convívio urbanos, estão sempre presentes. Assim, consideramos que a discussão da Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Rio de Janeiro não poderá desprezar a temática do adensamento e das densidades, o que exigirá um (re)conhecimento conceitual e empírico de suas diferentes consequências sobre os padrões de urbanidade socialmente desejáveis e possíveis em bairros de formação tão díspares quanto os da nossa cidade.

Daí advém a importância de perguntarmos: quão densa é, ou poderá ser, cada parcela de nossa cidade? Quais são os limites? Existem limite? Em função de quê? Quais os custos e benefícios de uma determinada taxa de ocupação e densidade

populacional? Quais são os critérios a serem considerados em decisões de planejamento para os diferentes bairros?

Estamos cientes de que a definição da densidade urbana é um assunto complexo e muito amplo. Decisões tomadas sobre a adoção de índices de densidade predial terão um impacto significativo na saúde, no meio ambiente, na produtividade das cidades e no processo de desenvolvimento humano como um todo. Mas, há um vasto conjunto de dados e experiências relevantes que, quando cotejados, podem oferecer referências úteis para o processo decisório em planejamento urbano.

Por um lado, densidades urbanas afetam diretamente os processos de desenvolvimento, tanto na escala metropolitana quanto na escala da cidade e dos bairros. Entre eles, os congestionamentos, a falta de espaços de lazer, a baixa qualidade ambiental, entre outros. Por outro lado, as decisões a cerca das densidades também influem nas decisões do Governo com relação aos custos de urbanização de novas áreas.

CONCEITOS E CONTRADIÇÕES DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Essencialmente, as cidades, e os bairros por natural extensão, deveriam ter como finalidade, em primeiro lugar, o atendimento das demandas coletivas dos cidadãos, oferecendo condições para o exercício da cidadania. Afinal, é nelas que pretendemos realizar nossos sonhos de viver, trabalhar, criar família, ter lazer, obter educação para nós e nossos filhos, e saúde para enfrentarmos as adversidades.

Diversos discursos foram escritos sobre o assunto. Um desses, de autor ainda desconhecido, atraiu particularmente nossa atenção, por se tratar da introdução do “Relatório” do Projeto do Plano Diretor Decenal, produzido em 1991 por técnicos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e membros da Academia. Esse texto afirma que *“qualquer intervenção urbana, um desvio de tráfego, a construção de um viaduto, pode causar mudança sociais, comportamentais e culturais profundas, pode desagregar estruturas sedimentadas, essenciais para a compreensão da cidade. Um projeto urbano desastrado é, às vezes, pior que um bombardeio. Um comportamento urbano violento gera, quase sempre, violência. Uma cidade delicada é essencial para produzir seres polidos... Um urbanismo equivocado que não tenta minorar as desigualdades sociais tem contribuído para violentar o caráter do carioca.”*

A importância dessas palavras, no nosso entender, não se limita aos pontos de vista expostos; está também no documento ao qual se integra, o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro de 1992.

Esse plano foi idealizado para se constituir no instrumento básico da política urbana do nosso município, parte integrante do planejamento continuado da cidade. O Plano Diretor, Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992, não foi integralmente regulamentado nem implementado e foi substituído por um outro voltado para o mercado, direcionado para a especulação imobiliária, que trata a nós, cidadãos, como clientes e não como munícipes, razão de ser de uma unidade de uma federação democrática.

A Cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565, evoluiu ao longo do tempo, até os dias de hoje, acolhendo projetos de intervenção modificadores de sua estrutura, vencendo as dificuldades impostas pelo território onde se encontra, segundo interesses capitalistas, em detrimento das necessidades da maioria, excluída da História. Essa perspectiva foi objeto de vários estudos.

Nenhuma das tentativas de ordenamento global da cidade foi implementada. Apenas algumas proposições foram introduzidas, colaborando para a manutenção das desigualdades socioespaciais. Os instrumentos legais que tradicionalmente

contribuíram para a produção da configuração do território municipal foram leis e decretos sobre o zoneamento e relativos às condições edilícias voltadas para a construção da parte formal da cidade.

Sabemos que mais de 50% da área do Rio de Janeiro é ocupada irregularmente. Ao longo da história da cidade as leis e decretos limitaram-se quase unicamente a referendar a situação vigente. Elaboradas sem o suporte de diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano, os caminhos escolhidos para a expansão da cidade e as tendências de ocupação do solo pré-existentes persistiram no rumo da construção da nossa cidade considerando-a como mercadoria.

Os Projetos de Estruturação Urbana - PEUs, criados a partir do final da década de 1970, constituíram uma tentativa frustrada de se planejar o uso do solo por bairro ou conjunto de bairros, com o intuito de consolidar propostas integradas para as questões urbanas comuns a vários deles, levando em conta as particularidades de cada um deles. Alguns poucos contaram com uma modesta participação popular, ao final descartada, quando esta deveria ser a sua tônica e a principal fonte de informações. O Governo de uma cidade tem como função primordial atender aos anseios e necessidades de seus moradores.

O demasiado adensamento de certas áreas da cidade, dotadas de razoável infra-estrutura resultou da inexistência de um planejamento integrado que fosse reproduzido na legislação urbanística. Enquanto isso, outras áreas permaneceram sem meios para um crescimento ambientalmente saudável. As áreas adensadas passaram a ter graves problemas ambientais. Disso resultou um grande número de habitações produzidas ao arrepio de quaisquer leis ou decretos, “inchando” os setores formais e provocando o crescimento dos setores informais, intimamente ligados e daqueles dependentes.

O Plano Diretor de 1992 limitava o adensamento das Unidades Espaciais de Planejamento - UEPs - através de fatores como a oferta de transporte, os vetores de crescimento e expansão do Município, as condições ambientais e as áreas prioritárias para investimentos em transporte e saneamento básico. A tradução desses limites era feita através de índices de aproveitamento de terreno (IAT), com os quais são calculadas as áreas máximas passíveis de edificação em cada lote. O detalhamento desses IATs contemplava, onde fosse necessária, a garantia de preservação do perfil das edificações e logradouros da cidade, pela manutenção do gabarito predominante.

Vale ressaltar que a redação do artigo 454 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que trata desse assunto, é a

seguinte: “Os plano diretor conterà disposições que assegurem a preservação do perfil das edificações de sítios e logradouros de importância especial para a fisionomia urbana tradicional da cidade, através da manutenção do gabarito neles predominante em 5 de outubro de 1989.”

Entre os diversos estudos que antecederam o Plano Diretor de 1992, utilizou-se um modelo matemático para estabelecer limites para o uso e ocupação do solo, cruzando dados estatísticos da população com o número de empregos e a capacidade do sistema de transportes. Na simulação em que foi considerada a rede de transporte de 1990, acrescida por projetos viários que poderiam ser executados nos dez anos seguintes, cruzando com os dados da população e o número de empregos nas Regiões Administrativas - RAs foi verificada a necessidade de contenção de adensamento em quase a totalidade das RAs.

Em 2011, um novo Plano Diretor foi preparado pela Prefeitura e aprovado pela Câmara de Vereadores. Outras leis e decretos precisavam ser produzidos para complementar o texto legal. Atualmente, a Prefeitura, através da sua Secretaria Municipal de Urbanismo, tentar aprovar um conjunto de leis - entre elas uma fundamental, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano - que, se aprovada tal como apresentada, significará a outorga - a entrega sem ônus -, da nossa cidade à especulação imobiliária, o que significará que continuaremos tendo nossos destinos ditados pela lei do demole e reconstrói, segundo os interesses meramente pecuniários dos especuladores.

A cidade continuará a crescer para onde os interesses financeiros e imobiliários desejarem, mesmo sem prever se a população que passará a residir nos novos núcleos e edificações terá o direito legítimo de acesso a meios de transporte coletivo de massa de qualidade, acesso a água e esgoto descentes, escolas e creches próximos de suas residências, assistência médica, ruas arborizadas e livres de poluição do ar e sonora, garantias da sua saúde física e mental.

No dia 8 de novembro de 2013 - Dia Mundial do Urbanismo -, foi realizado no auditório do SENGE/RJ, um seminário denominado **Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Rio de Janeiro - Conceitos e Contradições**, que teve como objetivo principal recolher sugestões para o aprimoramento do texto legal e o aprofundamento de questões como a do adensamento, visando encaminhamento tanto ao Legislativo quanto ao Executivo.

Durante o desenvolvimento do seminário, foram apresentadas diversas contribuições de técnicos, pesquisadores, professores e profissionais, com a apresentação de palestras,

cujo objetivo era evidenciar a situação da cidade, a partir do que se poderiam propor modificações na forma de ocupação da cidade. A organização do seminário, composto de dois painéis, durante os quais vários palestrantes desenvolveram temas ligados à LUOS e, mais particularmente, à questão do Adensamento Populacional e a Densidade do Potencial Construtivo. Na dinâmica utilizada, após as diversas apresentações, foi organizada uma seção de debates com a maciça intervenção da platéia, cujas contribuições e propostas foram incorporadas ao texto base proposto na abertura do Seminário .

O primeiro painel, coordenado pela Profa. Cristina Nacif (UFF), teve início com uma apresentação de fotografias dos mais diversos bairros da cidade, obtidas pelo economista Gilson Koatz (FIES), mostrando exemplos de ocupação urbana que devem ser preservados, modelos de ocupação que precisam ser evitados, e outros ainda em construção que jamais deveriam sair do papel.

Em seguida, o Prof. Flávio Villaça (USP/SP), apresentou palestra “Aspectos Conceituais da LUOS (Rio Plano & Intervenções Urbanísticas)”, cuja principal contribuição foi a tese de que toda Lei deve ter um capítulo de sanções, pois sem ele não há como se fazer a lei ser cumprida.

Na sequência, o Vereador Eliomar Coelho (PSOL), junto com a Procuradora do Município Sonia Rabello (UERJ), teceram diversos comentários sobre “A Tramitação da LUOS no Legislativo”, procurando apontar as dificuldades e os impedimentos que os vereadores mais progressistas encontram ao pretender trazer o conteúdo da LUOS ao debate pelos Cariocas.

Finalizando o painel, a coordenadora, além de tecer alguns comentários sobre à LUOS, consolidou as propostas apresentadas nas palestras e falou da experiência quem vem tendo com os alunos pesquisadores, seus orientados, sobre o tema.

O segundo painel, com o tema “Densidade Urbana, LUOS e PEU’s. Que dizem os planejadores?” coordenado pela Profa. Julieta Nunes (UFRJ), teve como primeiro palestrante o Prof. Jorge Martins (UFRJ), que desenvolveu o tema : “Densidade e Mobilidade Urbana”, onde mostrou as inconsistências e contradições das ações do poder público.

“A LUOS e os instrumentos da Política Habitacional” foi tema da Arquiteta Rose Compans, abordando os mecanismos utilizados pelo mercado imobiliário para elevar e compartimentar as escalas do negócio e o valor da terra. Deixou como proposta a obrigatoriedade da existência de grupamentos habitacionais de baixa renda em projetos urbanísticos incentivado pelo poder público.

CONCEITOS E CONTRADIÇÕES DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O Prof. Alex Magalhães (UFRJ) apresentou palestra sobre “Controles do Adensamento no Decreto 322 e no PLC 33/103”, quando abordou a interpretação dessa legislação urbana sob o enfoque jurídico.

Arquiteta Gisela Santana (UFPE), apresentou os problemas, as causas e consequências do acelerado processo de adensamento urbano de Jacarepaguá, onde atua junto a associação de moradores, sobretudo na localidade da Freguesia. Seu objetivo era alertar sobre os enormes prejuízos ambientais motivados pelo corte de centenas de árvores, a ocupação das encostas e áreas frágeis, agravando as inundações e as ilhas de calor devido ao aumento da densidade construtiva posterior a legislação do PEU-Taquara.

A Profa. Vera Tangari (UFRJ) apresentou o trabalho por ela coordenado na FAU/UFRJ, sobre a ocupação das áreas das Vargens em Jacarepaguá, áreas permanentemente inundáveis e sempre em risco.

As principais recomendações, sugestões, encaminhamentos e conclusões apresentadas pelo plenário foram as seguintes:

- Inserir no contexto da discussão sobre a LUOS da cidade do Rio de Janeiro o tema Região Metropolitana;
- Considerando que a LUOS proposta pelo Governo Municipal apresenta um caráter genérico e sem dar diretivas ao texto legal, recomendar ao COMPUR e à Câmara dos Vereadores que o projeto seja rejeitado na íntegra;
- Preparar substitutivo sem excessos nem redundâncias, evitando ser uma proposta meramente conceitual, mas efetivamente regulamentar;
- Operação Urbana, Outorga Onerosa, Transferência do direito de construir, Operações Urbanas consorciadas, temas propostos no Estatuto das Cidades, que devem ser contemplados na LUOS;

- Atribuir sanções ao descumprimento das normas, para que as mesmas tenham efetividade na sua aplicação;
- Constituição de Grupo de Trabalho, com participação de todos os movimentos sociais, com o objetivo de gerar proposta para encaminhamento à Câmara dos Vereadores, visando interferir no processo de adensamento populacional e na densidade do potencial construtivo da cidade do Rio de Janeiro;
- No que tange à relação entre mobilidade urbana e uso do solo, a LUOS deve definir formas de vinculação da política de licenciamento de atividades/edificações, analisando a importância e magnitude do empreendimento e exigindo a apresentação do EIV/RIV, considerando a tipologia, os impactos ambientais, a importância e magnitude do empreendimento a ser implantado;
- Os PEU's – Projeto de Estruturação Urbana - deverão ter o conteúdo mínimo e metodologia previstos na LUOS;
- A LUOS, deverá caracterizar o significado de um vetor de expansão ou do adensamento urbano, levando em consideração todos os dispositivos legais, definindo parâmetros urbanísticos, como forma de mitigação e compensação de impactos de vizinhança de empreendimentos;
- A LUOS deverá definir os critérios de adensamento e o método de cálculo de densidade (especificando densidade bruta e líquida).
- Introduzir nos projetos públicos de reestruturação de áreas abandonadas da Cidade a obrigatoriedade implantação de empreendimentos para população de baixa renda, correspondendo à criação de cotas para atender ao déficit habitacional dessa faixa de renda. Alguns países do mundo instituíram essa forma de inclusão social para melhorar a qualidade de vida das populações mais carente com a geração de mão-de-obra e empregos na região a ser reestruturada.





LEMBRAR É RESISTIR

ATO LEMBRA COMÍCIO DE JANGO NA CENTRAL

REFORMAS DE BASE CONTINUAM TÃO NECESSÁRIAS QUANDO EM 64

Fotos: Claudionor Santana

No dia 13 de março de 1964, o então presidente João Goulart realizou um comício, na Central do Brasil, para defender as reformas de base propostas por seu governo. O Ato foi acompanhado por cerca de 150 mil pessoas.

50 anos após o comício de Jango, centrais sindicais, partidos e movimentos sociais e sindicais, entre eles, o Sindicato dos Engenheiros (SENGE-RJ), realizaram o ato “Lembrar é resistir”, no mesmo local onde ocorreu o primeiro. O diretor do SENGE-RJ, Jorge Antônio, considera que o ato alcançou o objetivo esperado e conseguiu “congregar diversos segmentos progressistas do cenário político brasileiro”.

João Vicente Goulart, filho de João Goulart destacou que “as Reformas de Base são tão necessárias como em 64”. Ele avalia que “tem reformas que são muito mais necessárias hoje do que há 50 anos. Os problemas que eram graves lá atrás são muito mais agora”, disse.

Jango propôs a reforma agrária, urbana, educacional, fiscal, bancária e eleitoral. Ele defendia a ampliação da democracia e o fim dos privilégios de uma minoria. “O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições do tempo em que vivemos”, dizia Jango. Mas as reformas de base nunca chegaram a ser realizadas. Poucos dias depois do comício, em 1º de abril de 1964, o golpe militar derrubou Jango e a democracia só foi restabelecida em 1985.

“Jamais esqueceremos que o golpe de 1964 cassou todas as organizações de trabalhadores e da sociedade, além de ter torturado e matado um grande número de brasileiros e brasileiras. Com trabalhadores, jovens e aposentados ocupan-



O diretor do SENGE-RJ, Jorge Saraiva, e o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara



O presidente do SENGE, Olímpio dos Santos, e os diretores Agamenon Oliveira e Alcebíades Fonseca.



Os diretores do SENGE-RJ: Victor Marchesini e Jorge Antônio

do as ruas, certamente conquistaremos transporte, saúde e educação de qualidade. Só a pressão sobre os governos garante as conquistas”, afirmou o presidente da CUT-RJ Darby Igayara, durante o ato realizado no último 13 de março.

REPÚDIO À DITADURA

Os discursos foram marcados pela crítica à impunidade dos torturadores e repúdio à ditadura. “Os trabalhadores são os que mais sofreram com a ditadura militar”, lembrou João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST, durante o ato recente. O militante afirmou que, hoje, a reforma agrária está bloqueada e tem como consequência a concentração da propriedade da terra e aumento do avanço do capital sobre a agricultura.

Durante o ato, as entidades destacaram a importância das diversas reformas, entre elas a política. Neste sentido, diversos movimentos sociais e sindicais mobilizam para o dia 07 de setembro de 2014 um plebiscito popular para consultar o povo sobre a necessidade da convocação de uma Constituinte soberana e exclusiva, com a finalidade de pressionar

os três poderes.

A democratização dos meios de comunicação figurou como uma das reformas necessárias para o exercício da democracia. A concentração de mídias traz a acumulação de poder político e isso atenta não só contra o direito à diversidade, mas também contra a democracia.

Dez grandes grupos econômicos dividem entre si o mercado da comunicação de massas no Brasil, é o que indica a pesquisa ‘O país dos 30 Berlusconi’, da ONG Repórter Sem Fronteiras. Ainda segundo o estudo, o espectro audiovisual é claramente dominado pelo grupo Globo, sediado no Rio e de propriedade da família Marinho. Seguem-se SBT (Sistema Brasileiro de Televisão, grupo Sílvio Santos), a Rede Bandeirantes (grupo Saad) e Record (detido pelo bispo protestante evangélico Edir Macedo).

A pesquisa destaca que a concentração e, no âmbito local, as pressões e a censura, constituem os alicerces de um sistema que ainda não foi remodelado desde o final da ditadura militar (1964-1985) e do qual a mídia comunitária é habitualmente a pri-

meira vítima. Os generais desapareceram, mas os coronéis permanecem.

Causa espanto o resultado apresentado na pesquisa de opinião pública “Democratização da Mídia”, da Fundação Perseu Abramo. O levantamento constatou que sete em cada dez brasileiros não sabem que as emissoras de TV aberta são concessões públicas.

Para mudar este quadro, é fundamental a mobilização popular e participação. Entidades da sociedade civil e do movimento social se organizaram para encaminhar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações para regulamentar o que diz a Constituição em relação às rádios e televisões brasileiras.

A manifestação do dia 13 de março deste ano reuniu na Central desde jovens militantes até veteranos resistentes que enfrentaram a ditadura nos anos de chumbo. Marcaram presença os deputados Gilberto Palmares (PT), Jandira Fegalhi (PCdoB), o senador Randolfe Rodrigues (Pso), bem como dirigentes do PT, PDT, PCB, PCdoB, Pso, PCR e PSTU. O presidente da Comissão da Verdade do Rio, Wadhi Damous, também discursou.

Seminário debate laudo técnico de vistoria predial

Será elaborado um Guia de Procedimentos com participação de mais de 500 engenheiros

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SEN-GE-RJ) promoveu, no mês de março, o Seminário Laudo Técnico de Vistoria Predial - LTVP (Autovistoria). A atividade teve o objetivo de elaborar um "Guia de Procedimentos para Engenheiros". Ao todo foram 500 inscritos divididos em grupos de cerca de 50 pessoas por dia.

Os primeiros encontros foram realizados nos dias 12, 17, 19 e 24 de março, na sede do Sindicato. O debate foi coordenado pelo engenheiro Luiz Cosenza e pelo diretor do Sindi-

cato, Marco Antônio Barbosa.

Luiz Cosenza afirma que o grande diferencial deste "Guia de Procedimentos para Engenheiros" é que, além de esclarecer dúvidas sobre a Lei, ele orienta os profissionais, indicando os processos necessários para a realização de uma vistoria que garanta a segurança do imóvel. O documento abrange, também, assuntos como o valor a ser cobrado pelo serviço.

Com este trabalho, o SENGE-RJ espera contribuir para eliminar os riscos e, com isso, evitar tragédias,

como o desabamento dos prédios na Avenida Treze de Maio, a explosão do restaurante Filé Carioca, entre outros casos registrados no Rio de Janeiro.

Cosenza destaca a importância de o debate ser realizado coletivamente com os trabalhadores. "A proposta é que o guia reflita a competência técnica e a experiência de anos de trabalho de vários engenheiros. Além de valorizar a categoria", pontua.

Durante os encontros os engenheiros opinam sobre um roteiro previamente elaborado por um cor-



Luiz Cosenza, integrante do Conselho Fiscal do SENGE-RJ

po técnico formado pelos engenheiros Luiz Barata – área de mecânica –, Marcus Rossi – elétrica – e Ivan Ribeiro da Conceição – civil. Após os seminários, as sugestões serão avaliadas e incorporadas ao guia. Ao final do processo, os profissionais serão convidados para o lançamento "Guia de Procedimentos para Engenheiros", que terá distribuição gratuita.

GÊNERO

SENGE promove debate sobre mulheres na política

Apesar de representarem metade do eleitorado brasileiro existe a sub-representação

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SEN-GE-RJ) acredita que o empoderamento das mulheres traz uma nova concepção de poder. "Política é para mulher?", o tema debatido no SENGE-RJ, no mês março. Participaram da atividade diretora da Fundação Perseu Abramo, Luciana Mandelli, e a Vice-Presidenta Nacional do PT, Clarissa Cunha.

A cantora Cássia Moura homenageou as mulheres com as músicas "Maria, Maria" de Milton Nascimento e "Mais uma boca" de Fátima Guedes. A artista distribuiu rosas para as mulheres e homens presentes.

"O objetivo é promover o debate sobre a realidade das mulheres. A engenheira atua em um universo ainda muito masculino. Ela enfrenta muitas dificuldades no mercado de trabalho. Muitas vezes, são problemas silêncio-



A diretora do SENGE-RJ, Maria Virginia Brandão, a Vice-Presidenta Nacional do PT, Clarissa Cunha, e a diretora da Fundação Perseu Abramo, Luciana Mandelli.

so", afirma a diretora do SENGE-RJ, Virginia Brandão.

Luciana Mandelli afirmou que "as mulheres estão em um lugar aonde a democracia não chega". Ela ressaltou que, em geral, "os partidos políticos têm dificuldade de organizar as pautas das mulheres e de entendê-las como sujeito que representa 52% do eleitorado brasileiro".

Apesar de as mulheres representarem metade do eleitorado brasileiro, elas ocupam apenas 9% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 12% no Senado. No item igualdade de gênero na política, o Brasil está em 106º lugar entre 187 países. Nas eleições municí-

pais de 2012, foram eleitas 7.648 mulheres para ocupar prefeituras e câmaras municipais em todo o Brasil - 13% do total de vagas disputadas e um recorde positivo na história brasileira.

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO

A pesquisadora acredita que é fundamental assegurar a autonomia econômica das mulheres e promover a igualdade entre os gêneros. "Hoje, as mulheres têm condições de acessar empregos melhores, a menos subempregos. Contudo, ainda persiste a diferença entre os salários de homens e mulheres", disse.

Clarissa Cunha, vice-presidenta

nacional do PT, ressaltou que, historicamente, o mercado de trabalho impôs às mulheres um conjunto de profissões relacionadas com a vida doméstica e aos cuidados. Além do acesso desigual feminino às oportunidades sociais. Segundo ela, existe a manutenção dos privilégios dos homens.

"A mulher não tem tempo para si. Ela se divide entre trabalhar fora, o cuidado com a casa e os filhos. Em algum momento os homens vão ter que avançar neste debate também", afirmou Cunha. "Não estamos falando do feminismo como uma guerra contra os homens. Estamos falando de igualdade de direitos e responsabilidades", conclui.

Cresce o número de mulheres nas faculdades de engenharia

Diretoras do SENGE-RJ Virgínia Brandão e Lusía Oliveira comemoram o aumento e contam suas experiências na universidade

Se antes a engenharia era considerada uma carreira prioritariamente masculina, as salas das universidades provam que a realidade está mudando. Cresce cada vez mais o número de mulheres que escolhem a profissão. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das mais importantes do país, elas são 30% dos alunos de engenharia. No ano passado, a universidade realizou a formatura de uma turma de Engenharia Ambiental só com mulheres.

“Nós gostamos de novidades e desafios. Então, ser engenheira ‘cai como uma luva’ para as meninas”, brinca a diretora do SENGE-RJ Virgínia Brandão, formada em Engenharia Elétrica.

“A minha turma tinha oito mulheres e um universo de 40 homens. No início foi meio complicado, mas bastaram apenas alguns dias, o desempenho, a dedicação e a frequência, anularam qualquer eventual preconceito”, conta Lusía Oliveira, também diretora do SENGE-RJ.

No entanto, o mercado de trabalho é diferente. Mesmo com o nú-

mero de engenheiras crescendo, ainda é pequeno o número de mulheres que exercem a profissão. É o que indica os números da pesquisa “Perfil dos Profissionais de Engenharia do Estado do Rio de Janeiro”, realizada pelo SENGE-RJ em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No Rio, as mulheres representam apenas 12,2% dos profissionais registrados no CREA-RJ.

Essa não é a realidade apenas no Brasil. Quando começou a trabalhar na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep), no fim da década de 70, Virgínia era a única entre 15 homens.

Na Alemanha, onde assumiu o cargo de superintendente, ela afirma só ter conhecido mulheres em cargos técnicos. “Nenhuma tinha nível superior”, diz. “Lá eu sofri discriminação. Era mulher e brasileira”.

Mesmo com os percalços, Virgínia não se arrepende da escolha que fez. “É uma profissão que dá muito orgulho”, afirma.

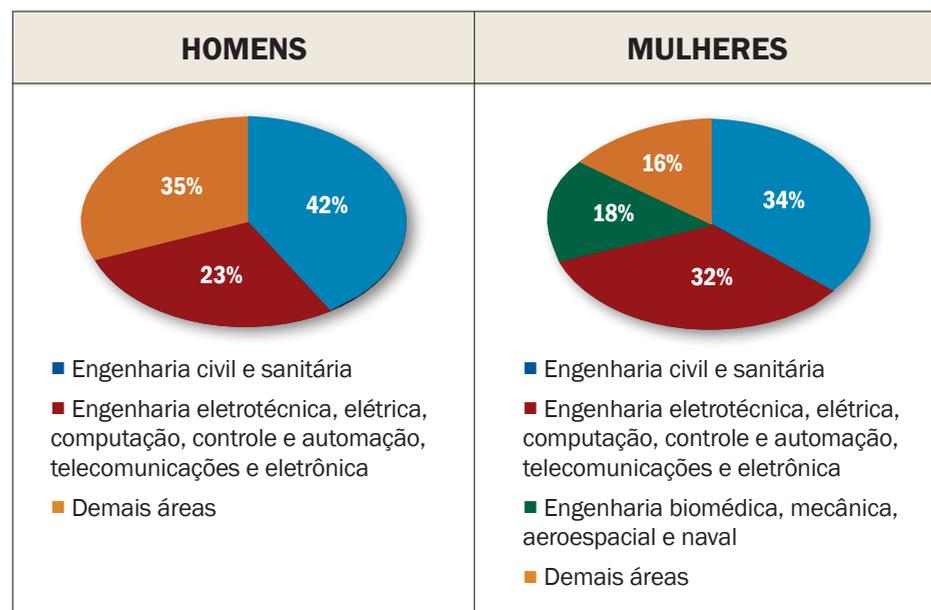
“Nós gostamos de novidades e desafios. Então, ser engenheira ‘cai como uma luva’ para as meninas”

Mulheres que fizeram história

A primeira mulher a entrar em uma faculdade de engenharia foi a romena Eliza Leonida Zamfirescu. Depois de não ser aceita na Escola Politécnica de Bucareste por ser mulher, Eliza entrou para a Real Academia Técnica, em Berlim. Conta a lenda que um professor, ao vê-la, soltou a pérola: “A cozinha é o lugar para mulheres, não o ensino politécnico”. No entanto, Eliza se formou em 1912, sendo considerada

a aluna mais aplicada da turma.

No Brasil, a primeira mulher a se formar em uma faculdade de engenharia foi Edwiges Maria Becker, que estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919. No entanto, foi a terceira que ficou mais conhecida. Também formada pela Escola Politécnica do Rio, Carmem Portinho se tornou militante feminista e se engajou na luta pelos direitos das mulheres.



Fonte: DIEESE. Perfil dos Trabalhadores em Ocupações da Engenharia - RJ - 2010 - 2011

CONTRA O ASSÉDIO MORAL E PELA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER pelas mulheres

fisenge **Senge·RJ** **COLETIVO DE MULHERES DA FISENGE**

DIREToras DIFERENTES DIREToras IGUAIS

STJ determina suspensão das ações do FGTS

A decisão alcança ações coletivas e individuais em todas as instâncias das Justiças estaduais e federal

O ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu no dia 26 de fevereiro o trâmite de todas as ações relativas à correção de saldos de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) por outros índices que não a TR (taxa referencial).

A decisão alcança ações coletivas e individuais em todas as instâncias das Justiças estaduais e federal, inclusive juizados especiais e turmas recursais. A Caixa Econômica Federal (CEF), que pediu a suspensão, estima serem mais de 50 mil ações sobre o tema em trâmite no Brasil.

Dessas, quase 23 mil já tiveram sentença, sendo 22.697 favoráveis à CEF e 57 desfavoráveis. Ainda haveria em trâmite 180 ações coletivas, movidas por sindicatos, e uma ação civil pública, movida pela De-

fensoria Pública da União.

A suspensão vale até o julgamento, pela Primeira Seção do STJ, do Recurso Especial 1.381.683, que será apreciado como representativo de controvérsia repetitiva. Ainda não há data prevista para esse julgamento.

As ações buscam, em geral, obrigar que o FGTS seja corrigido pela inflação e não pela TR. Segundo a CEF, a jurisprudência brasileira seria “remansosa” em seu favor, já que não há nenhum dispositivo legal que determine tal índice. A pretensão ainda configuraria, no entendimento da CEF, indexação da economia.

Na ação que resultou no recurso repetitivo, um sindicato argumenta que a TR é parâmetro de remuneração da poupança e não de atualiza-

ção desses depósitos. Por isso, a CEF estaria equivocada ao usar essa taxa para o FGTS.

A ação destaca que a TR chegou a valer 0% em períodos como setembro a novembro de 2009 e janeiro, fevereiro e abril de 2010. Como a inflação nesses meses foi superior a 0%, teria havido efetiva perda de poder aquisitivo nos depósitos de FGTS, violando o inciso III do artigo 7º da Constituição Federal.

Para o ministro Benedito Gonçalves, a suspensão evita a insegurança jurídica pela dispersão jurisprudencial potencial nessas ações.

Gonçalves destacou que o rito dos recursos repetitivos serve não apenas para desobstruir os tribunais superiores, mas para garantir uma prestação jurisdicional homogênea às partes, evitando-se movi-

mentações desnecessárias e dispêndios do Judiciário.

O processo segue agora ao Ministério Público Federal por 15 dias, para parecer. Depois, o ministro relator elaborará seu voto e levará o caso para julgamento perante a Primeira Seção do Tribunal, que reúne os dez ministros componentes das Turmas do STJ responsáveis pelo julgamento de temas de direito público.

Assim, esclarecemos que a ação movida pelo SENGE-RJ não deverá ser julgada até que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se posicione em relação ao mérito desta questão.

Finalmente, esclarecemos ainda que não será mais admitido o ingresso na ação dos nossos representados não associados, até o pronunciamento do STJ.

INFORME ENGENHEIROS AMPLA

■ Informamos que a ação judicial, movida pelo SENGE/RJ em face da AMPLA, que cuida da questão da jornada de trabalho (nº 0138200-07.2008.5.01.0243), está sendo encaminhada ao TST (Brasília) com um recurso do Sindicato, cujo objetivo é de tentarmos mudar o mérito da ação, julgado desfavorável aos nossos interesses pelo TRT/RJ.

Deixamos claro que, apesar de termos poucas chances de êxito no nosso recurso enviado ao TST, estaremos firmes em nosso empenho em mudar o mérito da questão.

Não obstante, esclarecemos que a referida ação coletiva não impe-

de o ajuizamento de ações individuais, o que talvez seja o melhor caminho a ser tomado no presente momento.

Assim, os interessados que desejarem ingressar com uma ação individual sobre o tema, deverão fazer contato com o departamento jurídico do sindicato (tel. 3505-0707) para solicitar um agendamento de consulta com a Dra. Daniele.

Finalmente, esclarecemos que o prazo para propor a ação individual é de 2 (dois) anos contados a partir da data da saída da empresa, por qualquer que tenha sido o motivo do afastamento.

DATA-BASE

Justiça analisa recurso de Fumas

A empresa recorreu da decisão do TST na ação conhecida como “Data-Base”

Furnas recorreu da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que julgou improcedente o recurso interposto pela empresa na ação conhecida como “Data-Base”. A estatal apresentou um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF),

cujas a admissibilidade depende de análise do TST.

Fazem parte da ação 851 engenheiros. O Senge-RJ entrou com a ação em 1981 pedindo o pagamento de diferenças salariais em função de um reajuste que não foi concedido na data-base. Do total de 851 engenheiros que entraram com ação, 101 já morreram. Os 750 que ainda estão vivos têm, em média, 65 anos. Há 54 engenheiros com 75 anos ou mais.

art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Coletivo Nacional dos Eletricitários na luta contra o desmonte do Setor Elétrico Federal

Fonte: CNE

O sucateamento do Sistema Eletrobras patrocinado pelo Governo Dilma, após a edição da famigerada MP 579 que posteriormente se transformou na Lei nº 12.783, tem causado forte impacto e preocupação nos trabalhadores do Sistema Eletrobras. A atual situação da maior empresa de energia da América Latina era impensável até pouco tempo atrás, quando havia uma perspectiva de fortalecimento, até mesmo na declaração do presidente Lula, de que o projeto do seu Governo era transformar a Eletrobras em uma Petrobras do setor elétrico. Ou seja, existia claramente uma perspectiva para superar os anos de neoliberalismo de FHC.

Com a eleição do Governo Dilma, os trabalhadores avaliaram que seria um período de consolidação deste projeto de fortalecimento do Sistema Eletrobras. Mas tudo não passou de ilusão. Esse governo que foi eleito com apoio da categoria apostou no confronto com os trabalhadores desde o início, basta

lembrar que o ACT 2013 só foi fechado no Ministério do Trabalho, fato que há anos não acontecia.

A edição da MP 579 fez as empresas da Holding entrarem em uma crise sem precedentes. Todos os dias notícias dão como certa a privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras. Ou seja, nem mesmo no Governo neoliberal havia um cenário tão desalentador.

O Governo Dilma atua para agradar o mercado, por isso fez a opção de jogar nas costas dos trabalhadores os prejuízos causados pelo sua atuação desastrosa. Até mesmo conquistas históricas como a PLR estão em risco. O certo é que o CNE não vai ficar assistindo tudo isso acontecer de “braços cruzados” dando uma de “avestruz”, fingindo, como alguns estão fazendo, por interesses não tão nobres, fingindo que nada de ruim está acontecendo. Alguns estão vendo primeiro seus interesses individuais, por isso, não querem criticar para não se comprometer com receio de ser “punido”. Ou seja, de perder o cargo.

O CNE não irá se calar, alguém tem que fazer chegar a Presidenta DILMA e ao PT, que as medidas adotadas a partir de Setembro de 2011 somente enfraqueceram o Sistema Eletrobras e suas empresas. É preciso que interlocutores capacitados digam a Presidenta que os Trabalhadores de forma alguma vão “Pagar essa Fatura”, seja vendendo benefícios ou abrindo mão da PLR. Os trabalhadores irão à luta, como sempre fizeram, defendendo diante de qualquer ameaça a manutenção de direitos e o futuro das empresas.

O CNE convoca os trabalhadores para que participem dessa luta pela retomada do fortalecimento do Sistema Eletrobras, mesmo aqueles que hoje ocupam cargos de chefia, pois com o quadro atual ninguém se salvará, e todos estão no mesmo “barco”. Excetuando-se aqueles estão no chamado “Cavalo de Tróia”, que vieram cumprir a missão de privatizar a Holding, e que posteriormente irão para outros órgãos governamentais.

Vamos à luta por uma Eletrobras com padrão FIFA!

■ PELAS EMPRESAS

SINAENCO

Confira no site do SENGE-RJ a pré-pauta

■ Foi encaminhada para o Sinaenco-RJ a pauta de reivindicações dos trabalhadores das empresas de consultoria para a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2014/2015. Dentre as principais reivindicações, está o reajuste relativo ao Índice de Custo de Vida (ICV), calculado pelo Dieese, entre maio de 2014 e abril de 2015. Além disso, os trabalhadores também pedem 5% de ganho real.

CEDAE

ACT está em processo de negociação

■ O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2014 dos trabalhadores da CEDAE está em andamento. A última assembleia realizada com os trabalhadores da empresa foi realizada no dia 28/03. Confira o processo de negociação no site do SENGE-RJ.

— SETOR ENERGÉTICO —

Para Pinguelli Rosa consequência da MP 579 é desastrosa

O ex-presidente do Sistema Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa, participou, no dia 31 de março, de um debate na sede da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). Pinguelli qualificou como desastrosas as consequências Medida Provisória 579. Para ele, destacou o papel fundamental do Estado no setor e reafirmou seu posicionamento contrário a qualquer privatização.

Segundo Pinguelli “o movimento sindical tem uma força extraordinária e precisa reforçar, cada vez mais, sua luta contra a privatização do Setor Elétrico Federal”.

FURNAS

Conselheiros de Furnas são reeleitos

Mauro de Mattos Guimarães e Wladimir Rodrigues Ramos receberam 426 votos

A direção de Furnas divulgou o resultado da eleição para representante dos empregados ao Conselho de Administração de Furnas. A chapa composta por Mauro de Mattos Guimarães e Wladimir Rodrigues Ramos foi reeleita com 426 votos. Foram 10 votos em branco e 14 nulos.

Durante a última gestão, Mau-

ro e Wladimir inovaram ao marcar reuniões com os empregados sobre os pontos tratados durante a reunião do Conselho.

“Os representantes dos trabalhadores no Conselho tem o mesmo poder de voto dos outros conselheiros. São os trabalhadores podendo contribuir com os assuntos relativos aos negócios da empresa”, explicou Mau-

ro Guimarães, que é administrador e trabalha em Furnas há seis anos.

“A escolha foi ótima. Falta agora os empregados se mobilizarem para uma discussão política, sobre os rumos nebulosos da empresa, baseado nas decisões que são tomadas no Conselho de Administração”, afirmou o diretor do Senge-RJ Miguel Sampaio.

Rio de Janeiro sediará 10º CONSENGE

Rio de Janeiro sediará 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

Fonte: FISENGE

O Rio de Janeiro será sede do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), entre os dias 27 e 30 de agosto de 2014. O Congresso organizado pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (Fisenge), em parceria com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge/RJ), é o mais importante fórum de debate da categoria, com repercussão em todos os estados. Com o tema “Um projeto de nação para o Brasil”, o 10º Consenge debaterá dois temas centrais: “O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional” e “O papel do movimento sindical frente às modificações do mundo do trabalho. A expectativa é de que cerca de 300 engenheiros participem como delegados, representando mais de 30 mil

profissionais de sindicatos de todo o país. Esta é a segunda edição realizada no Rio de Janeiro. A primeira aconteceu na consolidação da Fisenge durante o 2º Consenge, em 1993.

O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves destacou que o Congresso promove a discussão entre os engenheiros com o objetivo de definir, para o próximo triênio, as ações da Fisenge e dos Senges filiados no campo sindical, nas áreas de política tecnológica, ensino da engenharia. “A participação da classe e da sociedade é fundamental para a plenitude do evento. O Congresso oportuniza debate sobre o papel da engenharia nos grandes temas nacionais, acompanha o desenvolvimento do Estado e valoriza os profissionais através da capacitação oferecida pelo sindicato”. “Iremos debater o papel do Estado Brasileiro no desenvolvimento nacional e entendemos o Estado como

elemento estruturante e indutor de desenvolvimento. Também é preciso atentar para os setores agrícola e agrário, considerando a enorme desigualdade e concentração fundiária no Brasil”, afirmou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

SOBRE O CONSENGE

O Congresso debate e traça metas de atuação em defesa da engenharia nacional e de uma nova matriz de desenvolvimento econômico para o Brasil, pautada pela distribuição de renda e justiça social. Realizado de três em três anos, o Consenge é o mais importante fórum de debate da categoria, com repercussão em todos os estados e, também, nos fóruns regionais e internacionais dos quais a Fisenge participa, orientando o papel da federação nos temas sociais de interesse nacional.

SENGE-RJ declara apoio à luta do MAB

O Sindicato defende a criação de uma política de direitos das populações atingidas

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) declara apoio à luta do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O SENGE luta por um modelo energético voltado para as necessidades do povo brasileiro e apoia a criação de uma política nacional de direitos das populações atingidas por barragens.



Como parte da Jornada de Lutas do 14 de março, “Dia internacional de luta contra as barragens, pelos rios, pela água e

pela vida”, o movimento divulgou a II Carta dos Atingidos por Barragens aos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Energético Nacional. A primeira foi divulgada no início de 2012.

A aproximação e parceria dos atingidos com os trabalhadores do setor elétrico teve início há alguns anos, com a criação da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia, que reúne trabalhadores petroleiros e eletricitários, além de atingidos por barragens.

Trabalhadores do campo e da cidade a lutar: por um projeto energético popular!

• Para ler a carta na íntegra acesse: www.sengerj.org.br

PALESTRAS

A ditadura faz 50 anos: presente, passado e futuro

As atividades serão realizadas de 8 de abril a 13 de maio em diversos sindicatos

► **A ditadura faz cinquenta anos: passado, presente e futuro**

– **Palestrante:** Daniel Aarão Reis (Professor Titular de História Contemporânea - UFF)
– Terça-feira, 8 de abril às 18h30
– **Local:** Sinpro-Rio (Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar)

► **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**

– **Palestrante:** Janaina Cordeiro (Doutora em História - UFF)
– Terça-feira, 15 de abril às 18h30
– **Local:** Sindipetro/RJ (Avenida Passos, 34 - Centro)

► **Salve a seleção: futebol em tempos de ditadura**

– **Palestrante:** Livia Magalhães (Doutora em História - UFF)
– Terça-feira, 29 de abril às 18h30
– **Local:** Sindicato dos Bancários (Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar)

► **As esquerdas brasileiras durante a ditadura civil-militar**

– **Palestrante:** Isabel Leite (Doutoranda em História - UFRJ)
– Terça-feira, 6 de maio às 18h30
– **Local:** Sindicato dos Engenheiros (Avenida Rio Branco, 277, 17º andar)



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br • comunicacao@sengerj2.org.br

